



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

## REQUERIMENTO DE APLAUSO

VOTO DE APLAUSO à Votação do PL  
2628/2022. AUTOR: Vereador Ricardo  
Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

### A Urgência do PL 2628: Proteger as Crianças é Enfrentar o Poder das Big Techs

A votação do PL 2628, que estabelece regras para proteger crianças e adolescentes dos abusos e da exploração comercial na internet, é um marco na luta por direitos digitais no Brasil. O projeto, já aprovado no Senado, enfrenta resistência na Câmara, pressionada pelo lobby agressivo das grandes plataformas. Enquanto corporações como Meta e Google temem perder lucro com a regulamentação, a sociedade precisa entender: essa não é uma disputa técnica, mas política. Trata-se de decidir se o interesse das crianças vai prevalecer sobre o Vale do Silício, de um posicionamento da sociedade brasileira em defesa do futuro e em detrimento do lucro das grandes empresa.

O PL 2628 não é "censura", como alegam os críticos de má-fé, mas uma ferramenta essencial para coibir a exposição precoce de menores a conteúdos prejudiciais, como publicidade abusiva, algoritmos de vício e até mesmo exploração sexual. A oposição das Big Techs revela seu verdadeiro interesse: manter um ambiente desregulado onde o lucro vale mais que a segurança infantil.

Por outro lado, a Ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, em artigo da Agência Gov (1), afirma que "o PL 2628 vai ao encontro de pontos defendidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) no que diz respeito à proteção integral de crianças no ambiente digital e tem sido motivo de preocupação de vários especialistas, mas também de familiares"

O chamado "efeito Felca" — em referência ao youtuber que viralizou ao denunciar a adultização precoce de crianças na internet — escancarou como a falta de controle permite a erosão da infância. Plataformas como TikTok e YouTube lucram bilhões com a atenção de menores, muitas vezes incentivando consumo desenfreado ou comportamentos de risco. O PL 2628 é a resposta necessária para frear essa distorção, obrigando as empresas a adotarem medidas como verificação de idade e limite de horas de uso.

As big techs argumentam que a lei criaria "burocracia", mas o que está em jogo é sua capacidade de monetizar dados e comportamentos infantis sem accountability. Nos EUA e na Europa, regulamentações similares já avançam, mostrando que o Brasil não pode ficar para trás. A demora na votação, porém, reflete o poder corporativo no Congresso, onde





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

setores alinhados ao mercado tentam esvaziar o projeto. A sociedade civil, por outro lado, pressiona: é inaceitável que o debate seja sequestrado por quem prioriza o capital sobre o bem-estar das futuras gerações.

Na esteira da defesa das Big Techs, alguns parlamentares de extrema-direita já vieram a público dizer que vão obstruir qualquer tentativa de votação do PL 2628, demonstrando que, para eles, a segurança das crianças brasileiras não importa absolutamente nada, sendo preferível fazer valer os interesses econômicos das enormes corporações do Vale do Silício.

Sabemos que a regulação das redes e a proteção das crianças às violências que ocorrem na internet são passos fundamentais, mas não absolutamente suficientes. É necessário que haja responsabilização por parte de pais e familiares com relação ao comportamento online de crianças e adolescentes, além de ações educativas por parte de todas as esferas do Poder Público. No entanto, a tramitação e a votação do referido PL fazem com que o debate ganhe força na sociedade, ampliando o poderio do combate à violência e ao abuso infantil.

A aprovação do PL 2628 não é apenas uma vitória possível, mas uma obrigação ética. Enquanto a direita neoliberal fala em "liberdade de expressão" para defender interesses privados, a esquerda deve pautar a liberdade das crianças de crescerem sem ser alvo de predadores digitais. A lei é um passo para democratizar a internet, tirando-a do controle oligopolizado de quem a trata como mera máquina de lucro. O momento é agora: ou o Congresso protege os vulneráveis, ou entrega a infância brasileira às garras do capitalismo de vigilância.

1. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202508/ministra-macae-evaristo-fala-sobre-direitos-de-criancas-e-adolescentes-nas-redes-sociais>

1) Hugo Motta Wanderley da Nóbrega - Presidente Câmara dos Deputados

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 19 de agosto de 2025.

**Ver. Ricardo Alvarez**  
**VEREADOR**



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 360034003600300030003A005000. Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.